



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL, É POSSÍVEL? REFLEXÕES ACERCA DA
CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO CONTEXTO DA
MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA URBANA

Karisa Lorena Carmo Barbosa Pinheiro (Universidade Federal do Rio Grande do No) -
karisapinheiro09@gmail.com

*Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN, na área de
'Urbanização, Projetos e Políticas Físico-Territoriais'. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN, na área de
'Intervenções territoriais, habi*

Ruth Maria da Costa Ataíde (Universidade Federal do Rio Grande do No) - maria.ataide@ufrn.br
*Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN. Mestrado em Ciências Sociais pela UFRN. Mestrado em
Pensamiento Geografico y Organización del Territorio pela Universidade de Barcelona. Doutorado em Pensamiento
Geografico y Organización del Territorio pela*

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do No) -
alexsandroferreira@hotmail.com

*Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Doutorado em Arquitetura
e Urbanismo pela UFRN. Atualmente, professor associado do Departamento de Políticas Públicas da UFRN, do Curso
de Gestão em Políticas Públicas,*

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL, É POSSÍVEL?

Reflexões acerca da construção do conceito de sustentabilidade ambiental no contexto da modernização ecológica urbana

RESUMO

Este artigo objetiva abordar o “desenvolvimento urbano sustentável” a partir de reflexões acerca da construção do conceito de “sustentabilidade ambiental” no contexto da “modernização ecológica urbana” (BECK,1992; GIDDENS,1995), ocorrida nas últimas décadas em escala planetária. Para tanto, realizou estudo teórico conceitual acerca da “sustentabilidade ambiental” e da “modernização ecológica”, observando suas repercussões no processo de planejamento urbano e nas políticas públicas voltadas aos discursos de “cidade sustentável”, que prega a utilização “racional” e “eficiente” dos recursos naturais. Trata-se de uma revisão de literatura que buscou dar logicidade a um corpus bibliográfico, contendo desde títulos clássicos da sociologia ambiental até títulos publicados em plataformas internacionais de pesquisa. Como resultados alcançados, foram apresentados pontos de reflexão essenciais para a compreensão dos paradigmas e paradoxos envolvendo os conceitos de “sustentabilidade ambiental”, “desenvolvimento sustentável” e “modernização ecológica”, assim como esses conceitos têm influenciado o planejamento urbano das cidades. Por fim, reflexões acerca da possibilidade de se empreender um desenvolvimento urbano “sustentável”, são essenciais para estudiosos e pesquisadores da problemática ecológica, uma temática abordada pelas mais diversas áreas de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento urbano sustentável; Modernização ecológica; Planejamento urbano; Sociologia ambiental; Sustentabilidade ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como **objetivo principal** abordar o “desenvolvimento urbano sustentável” a partir de reflexões acerca da construção do conceito de “sustentabilidade ambiental” no contexto da “modernização ecológica urbana”, ocorrida nas últimas décadas em escala planetária, sob a égide do capitalismo.

Para tanto, realizou estudo teórico conceitual acerca da “sustentabilidade ambiental” e da “modernização ecológica”, de forma sistêmica, observando suas interrelações e repercussões no processo do planejamento urbano, que por sua vez, se apropria da dimensão ambiental em busca da alcunha de “cidade sustentável”, utilizando um discurso “racional” que prega a utilização “eficiente” dos recursos naturais.

No decorrer da **revisão**, foram encontradas obras recentes relacionadas ao “desenvolvimento urbano sustentável”, que trazem inúmeros estudos de caso, expressando preocupações consistentes quanto ao risco ecológico (DAVOUDI,2015), ao desenvolvimento urbano inteligente (MARTIN *et al.*,2019),

ao planejamento estratégico (BUCALEM,2019), ao adensamento urbano (NÆSS *et al.*,2020) etc.

Porém, este artigo não optou por discorrer sobre as características das cidades ditas “sustentáveis” após a implantação de projetos e planos estratégicos, mas optou refletir o terreno discursivo do “desenvolvimento urbano sustentável” e analisar como a “sustentabilidade ambiental” se insere no processo da “modernização ecológica” e planejamento estratégico das cidades, explicitando as velhas e atuais tensões entre o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental, que comumente se manifestam durante o processo da “adequação”, “ajuste” ou “modernização” ecológica das cidades.

Assim, são refletidas algumas matrizes discursivas onde se destaca a “modernização ecológica” das cidades, que emerge, para as instituições políticas e mercadológicas, como uma chance de conciliar o crescimento urbano com a resolução dos problemas ambientais, enfatizando a adaptação tecnológica, a crença no consenso e na importância de preservar a economia do mercado (ACSELRAD,2009,p.37-38).

Neste contexto, assume grande **importância** discutir a “sustentabilidade ambiental” e a “modernização ecológica” dentro dos marcos da “eficiência”, observando as representações conservadoras e racionalistas do espaço e do meio ambiente. É preciso questionar a ideia de que o espaço, seja construído ou natural, possa ter um “único” modelo sustentável de uso, prescrito pela concepção hegemônica mercadológica de desenvolvimento sustentável.

A **metodologia** proposta adotou o método de revisão sistemática de literatura proposto por Galvão e Ricarte (2020,p.58), a partir da delimitação da questão da pesquisa, as bases de dados e os documentos foram selecionados, e os resultados sistematizados.

A **questão de pesquisa** foi: como (**comparação**) a dimensão ambiental (**intervenção**) está inserida no processo de modernização ecológica (**resultado**) das cidades contemporâneas (**população**)? Assim, o **objeto de estudo** foi a construção do conceito de “sustentabilidade ambiental” no contexto da “modernização ecológica urbana”, ocorrida nas últimas décadas em escala planetária, sob a égide do capitalismo.

Por fim, como **resultados alcançados**, a desconstrução da questão ambiental como está posta atualmente nos discursos hegemônicos, emerge como uma contribuição importante para explicitar o caráter geopolítico e estratégico da “sustentabilidade ambiental” dentro do contexto desenvolvimentista capitalista. E quem sabe, poderá fomentar uma noção de sustentabilidade capaz de orientar a práxis do “desenvolvimento urbano sustentável”, a partir de um discurso teórico coerente, sem armadilhas conceituais e sem contradições.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: A “VIRADA ECOLÓGICA” DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O termo “sustentabilidade”, associado nas duas últimas décadas do século XX à questão ambiental, tem sido utilizado de forma “aparentemente” neutra, acrítica e acima dos interesses de classe (RODRIGUES,2006,p.112). Se difundem propostas de gestão sustentável de negócios e de espaços naturais e

sociais. Órgãos públicos e empresas apontam a importância de preservar a natureza, no entanto, criam agendas e interesses próprios por vezes totalmente contraditórios, sem explicitar o que entendem por desenvolvimento e por sustentabilidade.

A adoção indiscriminada e sem discernimento da ideia de sustentabilidade como um sinônimo da questão ambiental, contribui para “ideologizar” a questão socioespacial e ocultar seu caráter complexo e trans-escalar. Neste contexto, a “sustentabilidade ambiental” surge então como uma tentativa de “ambientalização” da questão social, entendida aqui como a incorporação da dimensão ambiental à teoria social crítica, permitindo sua complexificação em diversas escalas (LOPES, 2006, p.34).

Ao incluir a dimensão ambiental na teoria social, se origina uma nova questão social? Provavelmente não, já que a questão social sempre foi uma questão ambiental, seja por seu caráter espacial, afinal as coisas acontecem em algum lugar, seja pelo caráter da própria reprodução social, que presume historicamente uma relação sociedade-natureza. Pois o espaço e a natureza sempre integraram como base, suporte e meio, as diferentes esferas de reprodução social, que presumem intrinsecamente, o modo de apropriação da natureza (LEFEBVRE, 1991).

De fato, a noção de sustentabilidade se propagou velozmente no contexto neoliberal contemporâneo, inclusive foi repassada para a língua portuguesa com a tradução equivocada, pois em inglês, a expressão *sustainable development*, significa “desenvolvimento durável”, e foi traduzida incorretamente para o português como “desenvolvimento sustentável”, um termo a ser questionado entre os pesquisadores de língua portuguesa desde a etimologia da palavra.

O conceito de sustentabilidade é portador de representações gerais para a cooptação político-ideológica, e conforme Henri Acselrad (1999, p.80), o sentido vago do termo contribui para legitimar diferentes discursos e políticas em torno de uma estratégia comum, em geral voltada ao desenvolvimento econômico e tecnológico.

A desconstrução da questão ambiental emerge como uma contribuição importante para explicitar o caráter político e estratégico da “sustentabilidade ambiental” dentro dos discursos hegemônicos. Importa esclarecer uma série de controvérsias relacionadas à inserção da dimensão ambiental nas reflexões sobre a “cidade sustentável”.

Portanto, este artigo traz duas abordagens consideradas fundamentais para a “virada ecológica” da sociedade contemporânea – a “modernização ecológica” e o “desenvolvimento sustentável”, em busca de investigar o ideário do “desenvolvimento urbano sustentável”. Mas antes da revisão sistemática destas abordagens, foi preciso resgatar algumas questões do ramo da *Sociologia Ambiental* pertinentes à relação sociedade moderna e meio ambiente, que interferem direta e indiretamente no espaço urbano.

3.1 A problemática ecológica e o surgimento da sociologia ambiental

Segundo Lenzi (2003, p.23-24), o debate sobre “limites” de recursos ambientais e da “capacidade de suporte” de sistemas ambientais, remonta aos séculos XVII e XVIII. Em 1650, o médico britânico William Petty (1623-1687) já

especulava sobre a possibilidade da humanidade ultrapassar a capacidade de sustentação da terra, devido à multiplicação da população, num prazo de dois mil anos (McCORMICK,1992). Em 1798, o economista Thomas Malthus (1766-1834) publicou “*Essay on Population*”, argumentando que existia uma discrepância entre crescimento populacional exponencial e a produção de alimentos.

Entretanto, até o século XX, a sociologia clássica negligenciava os debates sobre as mudanças ambientais e se concentrava nos impactos sociais da industrialização, objeto central das preocupações de Marx, Weber e Durkheim. Observou apenas como sociedades pré-modernas estavam pressionadas por seu ambiente natural, e como as sociedades modernas transcendem esses limites distanciando-se de suas origens “naturais” (GOLDBALTT,1996,p.4).

Assim, a sociologia clássica abordou a questão ambiental apenas com o intuito de avaliar as formas das sociedades modernas lidar com as pressões ecológicas, enquanto os degradantes processos socioambientais relacionados ao advento da industrialização capitalista, tornavam realidade as previsões catastróficas de Malthus.

A partir daí, a linha de pensamento *malthusiana* ganha notoriedade no debate sobre a questão ambiental e influencia significativamente o conceito de desenvolvimento sustentável que se firma durante o século XX, ao implantar a ideia de que as práticas humanas podem vir a ameaçar a “capacidade de suporte” do meio ambiente (LENZI,2003,p.23-24).

Em 1968, foram publicadas as obras “*The Tragedy of the Commons*” de Garret Hardin (1968) e “*Population Bomb*” de Paul Ehrlich (1968). O primeiro aludia para o possível comprometimento da capacidade de suporte do meio ambiente, associando-o a um crescimento ilimitado da população. O segundo alertava para a possibilidade de um colapso ambiental mundial, devido à contradição que se estava criando entre o crescimento e a base de recursos do planeta. Em 1972, foi publicada a obra “*The Limits to Growth*” de Donella Meadows, Dennis Meadows, Jørgen Randers e William Behrens, seguindo os preceitos do Clube de Roma¹, se concentrando no crescimento populacional e seus impactos sobre os limites da capacidade do planeta.

Estas obras são fundamentais na história do pensamento ambientalista até o surgimento de novas teorias no final da década de 1970, quando os sociólogos americanos Catton e Dunlap publicaram dois artigos que representaram uma crítica à sociologia por sua ênfase demasiada no social em detrimento do natural, delineando o início da Sociologia Ambiental. (CATTON & DUNLAP,1978,1979)

Diante do reducionismo geográfico que impregnava o pensamento sociológico clássico, Catton e Dunlap se dedicaram ao “estudo das interações entre meio ambiente e sociedade” (1979,p.251). Sendo interações complexas,

¹ O Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que objetiva debater assuntos relacionados à política, economia internacional, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, a partir de um grupo de cientistas, políticos e corporações industriais (Fiat, Olivetti, Volkswagen, Ford).

propuseram o “Novo Paradigma Ecológico”² que possui uma estrutura analítica inspirada no conceito de “complexo ecológico” que considera uma relação de interdependência entre ambiente, organização, população e tecnologia, onde dois conceitos assumem vital importância: “ecossistema” e “capacidade de suporte”. Assim, a sociologia ambiental priorizou estudos sobre “recursos naturais”, “desastres naturais” e “áreas selvagens” (CATTON & DUNLAP, 1979, p.248).

Para Barry (1999), a noção de “ambiente natural” é contraditória à criação de uma teoria social mais ecológica, uma vez que tal noção associa o ambiente a algo além da cultura humana, que não é influenciado por nossas escolhas e práticas culturais, algo totalmente isento e livre da subjetividade e dos valores sociais. Para ele, a teoria social deve adotar como premissa o fato de não existir nenhuma leitura “livre de valor” do ambiente.

A partir daí, muitos cientistas sociais ficaram temerosos que a influência do “ambiente” e dos “fatores ecológicos” sobre a sociedade, minimize a importância do “social”. Autores como Benton e Redclift (1994) falaram sobre o risco de incorporar o pensamento ambiental à teoria social. Martell (1995) observou que feministas e socialistas em geral rejeitam as ideias de “natureza” e “natural”, por tentar justificar as desigualdades de classe e de gênero, socialmente constituídas. Além disso, os projetos verdes incomodaram muitos pesquisadores sociais, quando assumem uma posição alarmista para as populações (MARTELL, 1995).

Ainda assim, a concepção de “natureza intocada” de Catton e Dunlap, tem predominado na avaliação sociológica sobre as questões ambientais contemporâneas. As concepções que valorizam a “natureza selvagem” fazem parte de uma teoria social chamada “realismo”³, que funda uma teoria social mais ecológica, permitindo estratificar níveis diferentes de conhecimento e combiná-los sem reduzir o conhecimento físico-biológico ao sociológico (DICKENS, 1996).

A sociologia ambiental tomou novas direções a partir da década de 1990, quando surgiram os conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “modernização ecológica” nas propostas teóricas dos sociólogos Ulrich Beck (1992) e Anthony Giddens (1995). A partir daí, surgem diferentes concepções e correntes teóricas, tais como: ecologia social; ecologia profunda; ecofeminismo; economia ambiental ou economia ecológica; modernização ecológica; sociedade do desperdício; sociologia do risco etc. (Pardo, 2013).

Na concepção da sociologia do risco, a presente crise ecológica faz parte de um novo arranjo social denominado “sociedade de risco”, que representa uma nova fase no processo de modernização em que a “produção de riqueza é sistematicamente acompanhada pela produção social de riscos” (BECK, 1992, p.19). Uma fase chamada “modernização reflexiva”, onde a

² O “Novo Paradigma Ambiental” (em inglês, *New Ecological Paradigm-NEP*) surgiu em contraste a diversos escritos de vários sociólogos ambientais, onde foi enfatizada a dependência do ecossistema das sociedades humanas (CATTON & DUNLAP, 1978, p.45).

³ Teóricos sociais realistas argumentam que seres humanos e grupos sociais mantêm uma relação tanto material quanto simbólica com o ambiente, considerando o ideário de Marx e Engels e de teóricos realistas contemporâneos como Roy Bhaskar (BENTON, 1991; DICKENS, 1992; BARRY, 1999a).

modernidade está lidando com problemas advindos de sua própria criação. DAVOUDI (2015,p.465-467)

Também destacam-se os estudos de quatro pesquisadores sociais – Eduardo Viola (1987,1992, Antonio Carlos Diegues (2008), Enrique Leff (2002,2004) e Martinez-Alier (2010), que abordam a postura sociológica de diversas concepções ambientais.

Viola (1987,1992) associa as concepções ambientais a quatro compromissos ideológicos do movimento ecologista: ecofundamentalista, ecorrealista, ecossocialista e ecocapitalista. Diegues (2008) divide as concepções ambientais em preservacionista, conservacionista, sustentabilista e socioambientalista. Leff (2002,2004) apresenta sua visão por meio do “saber ambiental” e da “racionalidade ambiental”, fundamentados em três teorias de base: marxista, foucaultiana e weberiana. Martinez-Alier (2010) apresenta as concepções em culto ao silvestre”, ecoeficiência, justiça ambiental e/ou ecologismo dos pobres.

Para os objetivos desta pesquisa, destaca-se a concepção da “ecoeficiência” (MARTINEZ-ALIER,2010). que prega um modelo de crescimento econômico que considera o ponto de equilíbrio com o meio ambiente, apenas de forma imediatista, priorizando a intensiva apropriação dos recursos ambientais em função do cumprimento da agenda do crescimento econômico.

Historicamente, a sociologia ambiental assumiu uma condição eclética especialmente após a ampla difusão do termo “desenvolvimento sustentável”, um termo bastante criticado pela diversidade conceitual em torno dele. Portanto, se faz necessário debater as abordagens mais promissoras para o entendimento da problemática ambiental contemporânea, avaliando as diferenças e a síntese entre elas.

3.2 A modernização ecológica e o desenvolvimento sustentável

Em sua dimensão sociológica, a “modernização ecológica” tem sido considerada como uma perspectiva teórica compatível com o realismo, fornecendo uma série de conceitos que buscam entender o surgimento da degradação ambiental moderna, refletindo como as sociedades reagem à esse problema. Entre eles, destacam-se três: (MOL,1995)

- a) uma contribuição teórica para um novo ramo da sociologia – a sociologia ambiental;
- b) um novo discurso ecológico que levaria a um novo “paradigma da política ambiental”;
- c) um programa radical de políticas ambientais colocado em andamento por partidos políticos.

Muitas políticas ambientais que trazem a “modernização ecológica” emergem a partir de falhas relacionada à atuação estatal na regulação ambiental, no entanto, contraditoriamente, o Estado assume o papel de gerador da política ambiental e condutor das mudanças desencadeadas pela integração entre economia e ecologia. Inclusive cabe a ele, o papel de suprir as falhas e insuficiências do mercado decorrentes desse processo.

A partir da “política” ecológica da década de 1990, os termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade ambiental” passaram a ser globalmente difundidos. Buscaram conciliar os interesses econômicos com as necessidades dos sistemas ecológicos em diversas escalas – da local à global. Nesse sentido, as propostas teóricas dos sociólogos Beck (1992) e Giddens (1995), têm contribuído bastante para a consolidação de uma sociologia ambiental, pois se configuraram como um ponto de partida importante para o entendimento da degradação ambiental contemporânea e seus conflitos decorrentes.

A obra deles traz importantes reflexões acerca da modernidade e os conflitos ambientais decorrentes. A primeira fase da modernidade é marcada pelo surgimento da sociedade industrial, tendo como princípio organizador a produção e distribuição de bens. Já a segunda fase na modernidade é marcada pelo surgimento da sociedade de risco, tendo como espinha dorsal a distribuição de riscos, sendo os riscos ecológicos os mais representativos dessa mudança (BECK,1992; GIDDENS,2000,2002).

Estas perspectivas do “desenvolvimento sustentável” e da “modernização ecológica” também tem sido vistas como conflitantes ou opostas. Para seus críticos, a “modernização ecológica” é uma perspectiva “tecnocêntrica” e “economicista”, que apresenta limitações em dois pontos básicos:

- a) em seu escopo geográfico, pois não aborda questões internacionais e dilemas colocados por problemas ambientais globais contemporâneos;
- b) em seu escopo político e moral, pois não aborda a relação da crise ambiental com questões que envolvem gerações futuras, países pobres e ricos.

Estes pontos não abordados pela “modernização ecológica” são pontos fortes no debate do “desenvolvimento sustentável”, destacando que, atualmente, ainda não há consenso em relação ao seu conceito, que se tornou tema de conferências, slogan para empresas, jargão para ativistas ambientais e planejadores, como também rubrica para as agências financeiras e políticas. Este dissenso conceitual e interpretativo, por vezes inviabiliza a prática de uma política ecológica coerente.

Assim, vale ressaltar que no debate suscitado na área da sociologia ambiental, ocorrem muitas divergências quanto aos conceitos de “modernização ecológica” e “desenvolvimento sustentável”. O termo “modernização ecológica” apresenta contradições quanto à possibilidade de acomodar a “questão ambiental” dentro do processo de produção e consumo capitalista (REDCLIFT,1987), e o termo “desenvolvimento sustentável” apresenta contradições relacionadas à possibilidade de conciliar “desenvolvimento” com “meio ambiente” (SACHS,1993).

Buscando cumprir os objetivos desta pesquisa, cabe aprofundar uma reflexão acerca da inserção da dimensão ambiental nas perspectivas teóricas da “modernização ecológica” e do “desenvolvimento sustentável”, visando a compreensão da utilização do conceito de “sustentabilidade ambiental” no contexto do “planejamento urbano sustentável”, que tem acarretado, nas últimas décadas, a ampla difusão das “cidades sustentáveis” em escala planetária.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada adota o método de revisão sistemática de literatura proposto por Galvão e Ricarte (2020,p.57-73), que se diferencia dos métodos de revisão de literatura tradicionais por apresentar um protocolo específico, buscando “entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto” (p.58).

Muitos autores têm realizado a revisão sistemática de caráter misto, identificando, selecionando, avaliando e sintetizando simultaneamente estudos qualitativos, quantitativos e mistos. Uma visão mais cooperativa e integrada das diferentes ciências e métodos, diante da complexidade contemporânea (CRESWELL & CLARK,2010; POPE *et al.*,2007).

Foram realizadas as seguintes etapas: delimitação da questão de pesquisa, seleção das bases de dados, elaboração da estratégia de busca, seleção dos documentos e sistematização dos resultados.

Para a delimitação da questão de pesquisa, foi utilizado o método **PICO** (**população/problema, intervenção, comparação, resultado**) proposto por Galvão e Ricarte (2020, p.63).

A questão foi: como (**comparação**) a dimensão ambiental (**intervenção**) está inserida no processo de modernização ecológica (**resultado**) das cidades contemporâneas (**população**)?

Assim, o objeto de estudo foi a construção do conceito de “sustentabilidade ambiental” no contexto da “modernização ecológica urbana”, ocorrida nas últimas décadas em escala planetária, sob a égide do capitalismo. As bases de dados selecionadas foram:

- a) Academia.edu, que oferece acesso a trabalhos, artigos, dissertações e monografias, além de funcionar como uma rede social entre os usuários;
- b) Elsevier, que facilita a pesquisa em diferentes disciplinas, permitindo acesso e compartilhamento de dados através das plataformas: Scopus, para encontrar editoras e analisar resumos e citações; ScienceDirect, para acessar os livros eletrônicos, revistas e artigos; Mendeley, para gerenciar a pesquisa permitindo participar de uma rede social acadêmica;
- c) Periódicos Capes, que oferece acesso a textos completos e de artigos selecionados em revistas nacionais e internacionais;
- d) SciELO – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica On-line), voltada para a publicação de artigos científicos, principalmente dos países da América Latina. Destacam-se as métricas sobre o impacto dos artigos publicados.

Também foi utilizado o buscador Google Acadêmico para pesquisas mais abrangentes, que incluem livros clássicos, artigos, teses e dissertações publicados em editores não comerciais.

Para a elaboração da estratégia de busca, foram realizadas pesquisas avançadas utilizando as seguintes palavras-chaves em português e inglês:

- a) “desenvolvimento urbano sustentável” (em inglês, *sustainable urban development*);
- b) “modernização ecológica” (em inglês, *ecological modernization*);
- c) “planejamento urbano” (em inglês, *urban planning*);
- d) “sociologia ambiental” (em inglês, *environmental sociology*);
- e) “sustentabilidade ambiental” (em inglês, *environmental sustainability*).

Nas bases de dados, a busca de documentos considerou o número de citações, o nível de relevância e a atualidade das publicações. No Google Acadêmico, a busca foi realizada por autor e assuntos relacionados. Entre os documentos encontrados, aqueles mais pertinentes aos objetivos da pesquisa foram selecionados e incluídos no gerenciador de referências bibliográficas (Mendeley), observando-se coerência, qualidade metodológica e resultados alcançados.

A estratégia de investigação buscou discernir e caracterizar os discursos mais salientes elaborados nos esforços para construir uma visão do desenvolvimento urbano sustentável, a partir do qual procurou-se avaliar o domínio subjetivo dos discursos encontrados. Assim, foram discutidos alguns conceitos iniciais para fixar as ideias e investigações, que funcionaram como fios condutores dos resultados.

Por fim, os resultados foram sistematizados em tópicos, levantando os conceitos básicos e as diversas concepções de discursos, teorias e práticas, pressupostas em observações e pesquisas teórico-empíricas apresentadas pelos autores selecionados no decorrer desta pesquisa.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 O paradigma e o paradoxo do desenvolvimento sustentável: o modelo racional e a utilização eficiente dos recursos naturais

A partir da incorporação da questão ambiental na sociologia clássica, emerge a sociologia ambiental e a dimensão ambiental aparece como novidade no âmbito do planejamento. A preocupação com a gestão dos recursos naturais, marca as primeiras tentativas de se definir o planejamento de um ponto de vista técnico e neutro, após a Segunda Guerra mundial. Segundo Ester Limonad (2013,p.127-136), os eventos que marcaram a construção de um modelo racional para o desenvolvimento sustentável foram:

- a) *Lettre de la Tourette* (1952, Lyon/França), integra as questões sociais e culturais às metas econômicas, busca “a utilização ótima dos recursos, valorizar a terra, equipar o espaço de modo a possibilitar o desenvolvimento humano” (in CHATELAN,2008,p.108);

- b) Modelo racional-global de planejamento (anos 50, *Massachusetts Institute of Technology* – MIT), incorpora diferentes conjuntos de variáveis, mensuradas em uma matriz de dupla entrada com ponderações tipo custo-benefício;
- c) *Carta de los Andes* (1958, Bogotá/Colômbia), propunha o planejamento como “processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante objetivos e ação racional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em uma época determinada” (*in* CINVA,1960);
- d) Conferência da Biosfera (1968, Paris), promovida pela Unesco, debate a utilização racional e a conservação dos recursos da biosfera;
- e) Matriz de Leopold (1971), incorpora atribuições de valor com ponderações subjetivas, relacionadas aos interesses em curso, e apresenta conflitos quando incorpora a variável humana e social;
- f) Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1972, Estocolmo), quando foram publicados uma declaração que reconhece o direito humano a um meio ambiente de qualidade, e o relatório “Os limites do crescimento”, financiado pelo Clube de Roma, constituído em 1968;
- g) Relatório Bruntland “Nosso futuro comum” (1987), sacramenta a necessidade de um desenvolvimento sustentável em nome de um futuro comum, considerando a finitude dos recursos naturais;
- h) Programa de Cidades Sustentáveis das Nações Unidas (1990), aponta a preocupação com um desenvolvimento urbano sustentável. Unificou as agendas do “Programa Ambiental das Nações Unidas” e do “Centro para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas”;
- i) Documento do Habitat (2001,UN), definiu as cidades como promotoras da governança e do planejamento estratégico para reduzir a pobreza urbana, a exclusão social e promover o status econômico e social de todos os cidadãos, protegendo o meio ambiente de forma sustentável.

A nível planetário, o primeiro evento que promoveu o debate acerca do desenvolvimento sustentável, foi a Conferência das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente (1972, Estocolmo), que teve como lema “Produção, a principal causa da degradação”. Sua declaração é considerada o “primeiro documento do direito internacional a reconhecer o direito humano a um meio ambiente de qualidade, que é aquele que permite ao homem viver com dignidade” (UNEP,1972).

Esta declaração trouxe uma ideia do desenvolvimento sustentável e sua incorporação ao discurso do planejamento totalmente enraizada nas ideias *neo-malthusianas* do Clube de Roma, e não na emergência de conflitos sociais.

O **paradigma teórico** do desenvolvimento sustentável adotou como premissa o desenvolvimento das atividades humanas com o atendimento das “necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (WCED,1987). Esse conceito foi

apresentado no Relatório de Brundtland “Nosso Futuro Comum” elaborado em 1987 pela “Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”.

Nesta visão, o desenvolvimento sustentável se firma como paradigma do desenvolvimento urbano e econômico, que por sua vez, permite a “ambientalização” de todas as suas propostas e planos, por muitas vezes esvaziada de questões sociais e em nome de um “futuro comum”. Segundo Limonad (2013), o paradigma do “desenvolvimento sustentável”,

- a) extirpou o caráter de luta dos conflitos sociais da noção de desenvolvimento sustentável;
- b) difundiu a ideia de sustentabilidade em consonância com os interesses hegemônicos;
- c) contribuiu para alimentar correntes ambientalistas de inspiração *neomalthusiana*;
- d) mostrou que a escassez dos recursos naturais é socialmente criada, depende dos interesses em jogo e das alianças existentes no nível da divisão internacional do trabalho.

O modelo racional de desenvolvimento sustentável sempre se refere à “utilização ótima” dos recursos naturais, mas cabe perguntar: ótima para quem, segundo quais critérios e quais interesses? Em síntese, a “utilização ótima” depende dos objetivos estabelecidos por quem promove o planejamento. De fato, o processo de planejamento é variável e depende de quem o promove: o Estado, as corporações ou grupos sociais com interesses específicos (LIMONAD,2013,p.128-129).

Desde então, para garantir a “utilização ótima” ou “sustentável” dos recursos naturais, grandes instituições internacionais investiram maciçamente para a implementação de políticas de desenvolvimento econômico e de industrialização em diversos países, entre as quais: (ESCOBAR,1995, p.71)

- a) Banco Mundial (World Bank Group);
- b) Fundo Monetário Internacional (FMI);
- c) Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP);
- d) Organização Econômica dos Países Desenvolvidos (OECD);
- e) Organização Mundial do Comércio (OMC) etc.

Logo se difundiram diversos modelos esquemáticos de sustentabilidade. O economista polonês, naturalizado francês, Ignacy Sachs (1993) defende a existência de cinco dimensões da sustentabilidade – cultural, ecológica, econômica, espacial e social, e busca o equilíbrio entre o capital (físico, financeiro, humano e natural), o quadro institucional e os recursos culturais. (Figura 1)

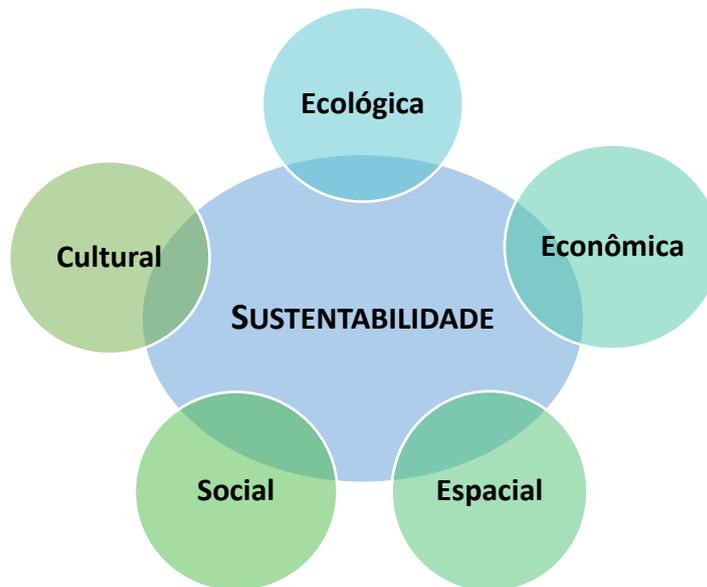


Figura 1. Modelo Esquemático da Sustentabilidade

Fonte: Elaborado pela autora, 2021. Adaptado de SACHS (1993).

Em 1994, foi criado o “Tripé da Sustentabilidade” (em inglês, *Triple Bottom Line*), pelo sociólogo britânico John Elkington, como um conceito que prioriza a expansão de um novo modelo de negócio baseado em ações sustentáveis, que passa a considerar o desempenho ambiental das empresas tão importante quanto o financeiro. (SLAPER & HALL,2011)

Esse modelo define três pilares básicos para promover a sustentabilidade nas práticas de negócios – *Pessoas, Planeta e Lucros* (em inglês, *People, Planet and Profit*), uma abordagem que exige novas medidas de desempenho, considerando uma relação equilibrada da economia com a comunidade e o meio ambiente. Passou a ser aplicado em diversas áreas, em qualquer escala, não mais restrita às empresas. (Figura 1)

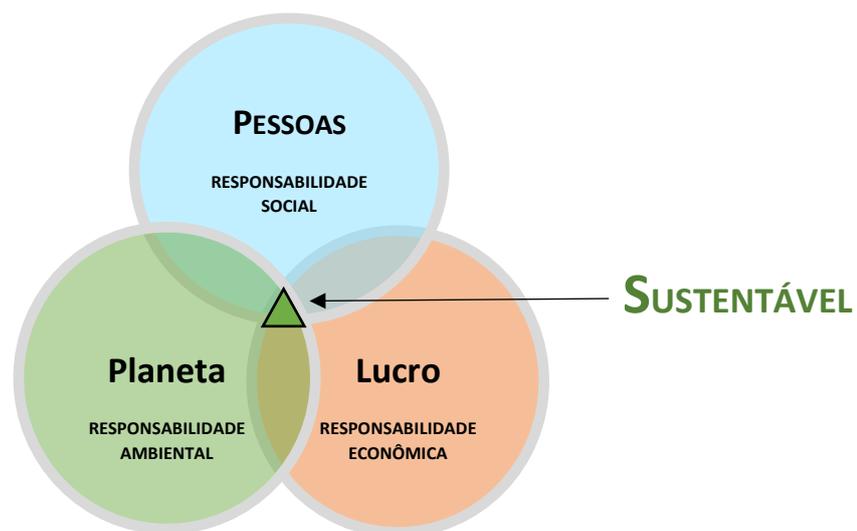


Figura 1. Tripé da Sustentabilidade

Fonte: Elaborado pela autora, 2021. Adaptado de SLAPER & HALL,2011.

A partir de então, ficou evidente a difusão do novo paradigma acerca das relações homem-meio ambiente que, historicamente, foram construídas considerando não existir limites para o bem-estar da sociedade. O novo paradigma preconizava limites para a utilização dos recursos naturais, de modo que sejam preservados para as gerações futuras, mas preconizava também a manutenção do sistema econômico dominante - o capitalismo, assim como a desigualdade na distribuição dos recursos que é peculiar ao sistema.

Nos deparamos com um **paradoxo teórico**: se as formas de produzir comprometem a reprodução da vida presente, como é possível crer que sua continuidade resolverá os problemas para as gerações futuras?

Hofstaetter e Pessoa (2014,p.3) alertaram que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado pelas políticas de forma inadequada, ocultando “a importância do território, as contradições, os conflitos da apropriação, a propriedade dos meios de produção e a existência de classes sociais.” Os estudos ambientais detectaram o tempo de reserva dos recursos naturais e o tempo de degradação dos resíduos, mas as políticas públicas apenas adaptaram os sistemas produtivos, aperfeiçoando técnicas de extração e de logística reversa, garantindo a manutenção do sistema capitalista, com a apropriação das riquezas do ambiente, da força de trabalho e do território.

Atualmente, segundo a ONU Brasil (2016), a população mundial ainda apresenta péssimos indicadores socioambientais: 13% da população mundial vive em extrema pobreza, 800 milhões de pessoas passam fome e 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento básico. Os dados constam no Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015, definindo a Agenda ODS 2030 e estabelecendo indicadores de acompanhamento do progresso regional e global rumo às metas estabelecidas.

Atualmente, a Agenda ODS 2030 se apresenta como uma estrutura para enfrentar os desafios da mudança ambiental global e do desenvolvimento global. Entretanto, as metas ambientais e de desenvolvimento dos ODS precisam ser investigadas quanto às implicações do “Desenvolvimento Sustentável” (ODS 17), que se alinha ao modelo racional da “modernização ecológica” e herda seus problemas. Uma análise detalhada dos quatro ODS diretamente focados no meio ambiente (12, 13, 14 e 15) também aponta implicações ideológicas quanto à implementação e integração geral com o ODS 17 (WEBER&WEBER,2020,p.2).

Estas metas foram imensamente prejudicadas pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus, agente patogênico da COVID-19. O *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA) tem buscado mobilizar respostas imediatas às áreas da saúde, economia e biossegurança, para a recuperação sustentável no pós-pandemia (ONU BRASIL,2020).

Assim, diante do robusto paradigma do “desenvolvimento sustentável” baseado num modelo racional de inspiração *neo-malthusiana*, alinhado aos atuais padrões de globalização, importa refletir o terreno discursivo do desenvolvimento sustentável, e analisar como a “sustentabilidade ambiental” se insere no processo da “modernização ecológica” e planejamento estratégico das cidades. Na contemporaneidade, essas definições são dotadas de significativa complexidade, pois a transformação acelerada das cidades afeta as

apropriações dos espaços pelos agentes, a qualidade das interações sociais e espaciais específicas (SANTOS,1985).

5.2 As matrizes discursivas do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica, e suas repercussões no planejamento urbano

Conceitualmente, algumas matrizes discursivas ambientais subdividem-se em dois polos: (DRYZEK,1997 & O'RIORDAN,1989 *apud* GRIGGS *et al.*(2017,p.38)

- a) "ecocêntrico" ou "radical", com perspectiva subversiva que incentiva a transformação e a transgressão política;
- b) e "tecnocêntrico" ou "ortodoxo", com perspectiva reformista que incentiva o consenso político e a desmobilização social.

Discursos radicais colocam em primeiro plano os limites ambientais absolutos do progresso humano e os direitos dos pobres contemporâneos, das gerações futuras e das espécies não humanas. Colocando ênfase significativa na ação local, postulam a noção de cidade como um sistema autônomo, que garante a eliminação de resíduos e minimiza a dependência da cidade em relação aos recursos externos (GRIGGS *et al.*,2017,p.38).

Nesse contexto, surge o "urbanismo climático progressivo" que postula o fim da globalização e seus estilos de vida de consumo dependentes de carbono. Propondo uma alternativa localista "utópica" baseada na inclusão e compartilhamento social, bem como energia renovável, alimentos locais e vida com baixo carbono (NORTH & LONGHURST,2013).

Surge também a "urbanização solidária" proposta por Santos, Seabra, Carvalho e Leite (2001) que sugere alteração do uso da base técnica criada para a circulação de capital, buscando veicular valores humanos e locais, de modo a propiciar uma efetiva integração de laços culturais distintos, que permitam a construção do "acontecer solidário" (p. 20). Esse discurso aponta um desenvolvimento sustentável apoiado em relações humanas baseadas na solidariedade, propondo uma revisão da globalização, para se tornar "mais humana" (p. 20), sem descartar a base técnica que sustenta a globalização econômica e financeira. Assume um posicionamento claro contra o consumismo que estimula a propagação do atual modelo de reprodução do capital, um padrão insustentável para a capacidade de suporte do meio ambiente, uma vez que adota um padrão intensivo de exploração de recursos naturais, além de ocorrer elevadas taxas de desperdício, em todo o ciclo de vida do produto, desde a obtenção da matéria prima até o descarte do produto pelo consumidor final (SANTOS,2002,p.80)

Já o discurso ortodoxo, segundo GRIGGS *et al.*(2017,p.38), defende uma manutenção do paradigma socioeconômico, pressupondo a possibilidade de estabelecer um equilíbrio entre proteção ambiental, desenvolvimento econômico e equidade social. Os defensores da "modernização ecológica" buscam atribuir valor monetário aos recursos naturais, enquanto desenvolvem oportunidades de investimento lucrativas e economia de eficiência para empresas e consumidores (MOL,1995).

Neste discurso, aponta-se que os problemas ambientais podem ser resolvidos por meio do crescimento econômico contínuo, por meio da inovação

tecnológica. Nesse contexto, surge o ideal de "cidade inteligente" (em inglês, *smart city*)⁴.

Atualmente, ocorre uma indiferença quanto aos princípios da "modernização ecológica" e um ceticismo quanto à autossuficiência local, pois tais discursos se apoiam em fundamentos incertos da cidade sustentável, se sustentando em significados flutuantes, articulados por várias forças e projetos. Destaca-se que a teoria da "modernização ecológica" foi elaborada numa época em que os efeitos da globalização eram menores em relação à atualidade, e seu foco era restrito aos contextos de determinados países europeus com sólida tradição de preocupação ambiental. (GRIGGS *et al.*,2017,p.36).

Conforme HOWES *et al.*,(2010,p.6), no contexto europeu, onde surgem os primeiros projetos, a literatura sobre "modernização ecológica" produzida nas últimas décadas, leva a cinco princípios teóricos centrais: engajamento econômico; inovação tecnológica; mudança discursiva; mudança política e institucional; e transformação do papel dos movimentos sociais.

Os processos de reestruturação ecológica estão se desenvolvendo em paralelo aos processos da globalização, especialmente nas dimensões política e econômica; não mais confinados nas fronteiras de um único estado. Os discursos têm sido transplantados pelos diversos agentes sociais, do ambiente socioeconômico e político europeu, para o contexto dos outros continentes.

Portanto, revisar o arcabouço teórico da "modernização ecológica" pode ajudar a prover os instrumentos conceituais básicos para analisar e interpretar como as instituições da modernidade tardia têm se transformado de fato quando defrontadas com os desafios ambientais em curso (MOL,2003).

Assim sendo, a sociologia contemporânea emerge com novas reflexões conceituais que buscam dar respostas à crise ambiental em curso, tais como: o meio ambiente é um fator crucial amplamente debatido na transformação da modernidade? Até que ponto as considerações e interesses ambientais contribuem para uma reestruturação da produção e do consumo?

Segundo Olivieri (2012,p.39), a teoria da "modernização ecológica" deveria se debruçar sobre as transformações da modernidade em relação à sua base de sustentação ambiental, buscando entender uma falha estrutural: a destruição institucionalizada da natureza. Ao considerar critérios ambientais, apresentará novas perspectivas de reorganização e transformação reflexiva da produção e do consumo, afetando positivamente o processo de produção e reprodução das cidades.

5.3 A sustentabilidade ambiental no contexto da modernização ecológica urbana

Após a Segunda Guerra Mundial, as megacidades do Terceiro Mundo incorporaram a economia de países industrializados ao seu sistema de produção, comércio e finanças, se inserindo numa nova divisão internacional do

⁴ A cidade inteligente pressupõe uma governança eficiente e o uso de infraestrutura em redes digitais habilitadas para alcançar o consumo eficiente de recursos. Sua governança tem sido dominada por práticas corporativas e está cada vez mais focada em atividades de criação de mercados consumidores, em vez de equalizar os domínios ambiental e social (LUQUE-AYALA & MARVIN,2015,p.123-142).

trabalho – a globalização. Pelo “progresso”, implementou-se uma política de crescimento econômico perverso, gerando bens e serviços sofisticados para um número pequeno de consumidores, enquanto milhões de trabalhadores são descartados do processo produtivo.

Conforme dados do Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (ONU), a economia “sem empregos” é um padrão dominante das políticas econômicas oficiais, baseada na industrialização e na acumulação do capital, acarretando nas cidades, a proliferação de favelas, extrema pobreza e altas taxas de criminalidade e violência, a partir da expulsão de um crescente número de trabalhadores de uma vida socialmente produtiva e valorizada.

Os estudos sobre sustentabilidade ambiental surgem na perspectiva da reprodução social, como uma categoria capaz de assegurar as condições materiais às sociedades, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a “utilização ótima”⁵ dos recursos ambientais.

Neste contexto, o meio ambiente surge como uma oportunidade de negócios. O discurso hegemônico sobre a “sustentabilidade urbana” difunde um meio ambiente único e um risco único, que é a ruptura da acumulação por motivo de colapso ambiental (ACSELRAD,2009,p.38). Gould (2004,p.69-80), contrariando a retórica hegemônica do risco ambiental, afirma que o risco é socialmente diferenciado no sistema capitalista contemporâneo, ou seja, cada camada social terá acesso e riscos diferenciados em relação aos recursos naturais. A segregação torna-se a condição necessária para a reprodução das desigualdades ambientais, emergindo daí uma geografia social do poder bastante evidente nas cidades do Terceiro Mundo, especialmente latino-americanas.

As principais inquietações se exprimem por meio da incerteza quanto ao futuro, no que se refere às condições e à “durabilidade” [ou “sustentabilidade”] das cidades. Há uma forte tendência de proporcionar “durabilidade” a partir do “ajuste ecológico” dos fluxos urbanos indesejáveis, tais como a poluição, a congestão e a violência.

A “modernização ecológica” das cidades emerge, para as instituições políticas e mercadológicas, como uma chance de conciliar o crescimento urbano com a resolução dos problemas ambientais, enfatizando a adaptação tecnológica, a crença no consenso e na importância de preservar a economia do mercado (ACSELRAD,2009,p.37). Esta proposta é,

“(…) compatível com o chamado ‘pensamento único urbano’ que exige das cidades que se ajustem aos propósitos tidos por inelutáveis da globalização financeira. A chamada ‘inserção competitiva’ é, neste ideário, evocada para pressioná-las a se transformarem em espaços autônomos de disputa – inclusive pela afirmação dos seus atributos ‘ambientais’ – por investimentos nos mercados internacionalizados. A cidade do ‘pensamento único’ é, conseqüentemente, a cidade do ‘ambiente único’ – o ambiente dos negócios.” (ACSELRAD,2009,p.38).

A cidade do “pensamento único” é ajustada aos propósitos da

⁵ Conforme o modelo racionalista apresentado na *Carta de los Andes* (1958, Bogotá/Colômbia) e amplamente difundido desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1972, Estocolmo).

globalização financeira, em busca da chamada “inserção competitiva” nos mercados internacionalizados, vendendo inclusive seus atributos “ambientais”. As cidades inseridas nesse processo, abriram as portas para essa imposição e se tornaram instrumentos de competitividade e enriquecimento na nova economia global (MARICATO,2000,p.121-188).

Esta cidade deve ser eficiente no uso dos recursos naturais e ter uma organização do espaço urbano que pacifique os conflitos sociais. Ao se inserir num projeto de “modernização ecológica”, investe maciçamente no marketing urbano para estimular os investidores e, assim, se tornar uma cidade de grande crescimento econômico. Neste contexto, surgem como agentes financiadores:

- a) atores sociais da cidade, que incorporam a temática do meio ambiente, sob o argumento da explosão populacional nas metrópoles e eclosão de conflitos;
- b) agências multilaterais de desenvolvimento, que aportam o financiamento da infraestrutura das cidades, sob o argumento da melhoria da “qualidade ambiental da vida urbana”.

Através da “modernização ecológica”, buscou-se ecologizar a competição entre as cidades, assegurando-lhe as condições de “continuidade” requisitadas pela acumulação capitalista, para promover a construção simbólica de uma cidade contínua, não fragmentada, feita durável. O discurso da “sustentabilidade ambiental” também se configura como um importante instrumento de redução dos custos de deslocamento espacial dos capitais, incentivando projetos urbanos que assegurem melhores condições de circulação de mercadorias materiais e imateriais.

Porém, ocorre um paradoxo, pois os altos investimentos neste urbanismo competitivo têm contribuído para reduzir as receitas públicas e os recursos disponíveis para as políticas sociais, gerando aumento da degradação dos recursos ambientais, desigualdade e exclusão dos pobres, aumentando os conflitos (ACSELRAD,2009,p.40).

O urbanismo competitivo fomentado pelo “pensamento único”, associado à “modernização ecológica”, configura um novo padrão de projeto urbano para as cidades da América Latina, onde as minorias mais abastadas são beneficiadas. A competição interurbana enfraquece apenas os atores sociais dotados de menor mobilidade (trabalhadores e governos locais), acarretando desigualdade ambiental, enfraquecimento político e segregação socioespacial para as populações empobrecidas.

Há diferentes ambientes e riscos para os atores sociais da cidade, pois estas cidades, sob os efeitos da globalização, apresentam profunda desigualdade social na exposição aos riscos ambientais e sociais – déficit habitacional, desemprego, escassez de água, falta de políticas de saneamento e resíduos, precarização do trabalho etc.

Importa destacar a utilização de diversos discursos políticos para justificar os altos investimentos na “modernização ecológica” urbana. Assim, a noção de “sustentabilidade ambiental” aparece associada a diversos discursos, tais como: (ACSELRAD,2009,p.43)

- a) da autosuficiência – prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial, para

- assegurar a capacidade de autorregulação comunitária;
- b) da eficiência – combate o desperdício da base material do desenvolvimento, através da racionalidade econômica;
- c) da equidade – articula analiticamente princípios de justiça e ecologia;
- d) da escala – propõe um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão sobre os “recursos ambientais”;
- e) da ética – inscreve a apropriação social do mundo material em um debate sobre os valores de bem e de mal, evidenciando as interações materiais com as condições de continuidade da vida.

O discurso da eficiência foi mais difundido até aqui, inserindo a sustentabilidade na teoria do capital e da renda (ACSELRAD,2009,p.44). Define metas de combate ao desperdício, racionalidade econômica e regulação mercadológica. Para o alcance, adota a redução do consumo global dos recursos, através da implantação de instrumentos de “autolimitação inteligente”, tais como: controle populacional; redução do consumo *per-capita* de recursos; e reforma fiscal com maior taxaço em cima do uso dos recursos naturais e da produção de rejeitos. (Figura 2)

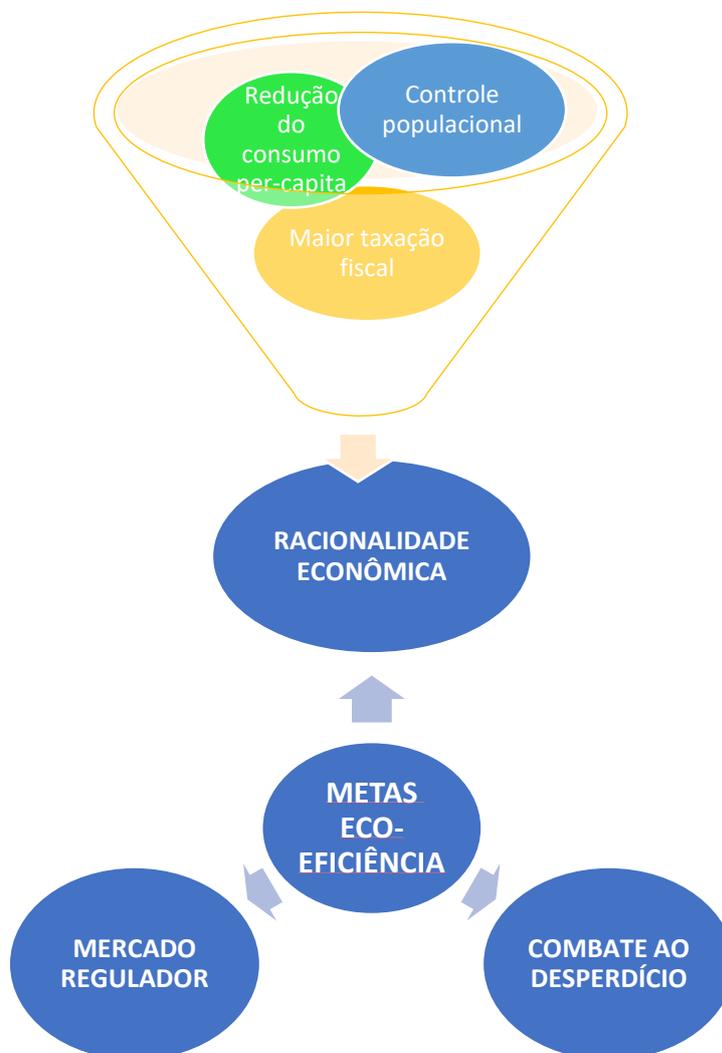


Figura 2. As metas do discurso da eficiência no contexto da modernização ecológica urbana

Fonte: Elaborado pela autora, 2021. A partir de: Acselrad (2009,p.43)

A “autolimitação inteligente” aparece associada a discursos de: a) equidade, sob o argumento de que a menor tributação sobre trabalho e capital, acarretaria elevação nos níveis de emprego e renda; b) ética, que aponta o caráter autodestrutivo da irracionalidade econômica, acarretando perda de competitividade no mercado internacional (ACSELRAD,2013,p.49-50).

Ao limitar o crescimento econômico, emergem problemas da desigualdade social e da pressão sobre os recursos naturais de forma diferenciada na cidade. A busca de um consenso político no decorrer do processo de “modernização ecológica urbana” justifica-se pela necessidade de prevenção dos riscos sociopolíticos e ambientais.

Infelizmente, a política conservadora de ajuste econômico que apoia a “modernização ecológica” das cidades, define justiça social e meio ambiente como “barreiras ao desenvolvimento”. O Estado trata os problemas socioambientais como meros problemas administrativos e técnicos passíveis de medidas compensatórias e mitigadoras, por meio de um planejamento racional e inserção de novas tecnologia (ZHOURI *et al.*,2005).

Assim sendo, os impactos socioambientais decorrentes da poluição e escassez de recursos para produção industrial, são incorporados como “variáveis ambientais” passíveis de soluções técnico-administrativas, no âmbito do processo de “modernização ecológica” urbano.

Neste contexto, assume grande importância discutir a sustentabilidade e a “modernização ecológica” fora dos marcos da “eficiência”, afastando as representações conservadoras e racionalistas do espaço e do meio ambiente. É preciso questionar a ideia de que o espaço, seja construído ou natural, possa ter um “único” modelo sustentável de uso, prescrito pela concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável; quem sabe assim será possível construir um verdadeiro desenvolvimento urbano sustentável.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO: É POSSÍVEL UM DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL?

O conceito de “desenvolvimento urbano sustentável” propõe a convergência entre dois pensamentos antagônicos – sociedade e meio ambiente – num momento em que o sistema produtivo precisou se ajustar às pressões ligadas à questão ambiental, iniciando o processo de “modernização ecológica” em escala global. Por meio de grandes convenções internacionais, foram definidos os marcos políticos do “desenvolvimento sustentável” e a ideia de que qualquer política que promova o desenvolvimento urbano, teria que ter a chancela da “sustentabilidade ambiental”.

Diante da necessidade de “inserção competitiva” num mercado regional, nacional ou até internacional, as cidades precisavam se tornar “sustentáveis” em função da “modernização ecológica” imposta pelo sistema produtivo mundial. A questão da “sustentabilidade ambiental” e a “competição entre as cidades” para atrair investimentos e planejamentos estratégicos, podem ser consideradas os dois principais eixos temáticos das discussões urbanas no século XXI (ACSELRAD,1999,p.79-90).

Ao lado dos discursos da eficiência e inteligência urbana, a “modernização ecológica” é um dos principais discursos incorporados no processo de gestão e planejamento urbano nas últimas décadas, dando origem a um modelo de “desenvolvimento urbano sustentável”, onde as questões ambientais são tratadas desde que não comprometam o desenvolvimento urbano.

Assim, o planejamento urbano em muitos países, inclusive no Brasil, é fortemente marcado pelo setorialismo, tanto na elaboração das políticas urbanas, como na gestão das ações práticas. As questões “ambientais” urbanas (como o abastecimento hídrico, o saneamento básico e a política de resíduos) são tratadas nos termos de eficiência e racionalidade técnica, e não em termos ambientais, entendidos numa visão mais ampla e sistêmica (PRADO,2015,p.90).

A aplicação da ideia de “desenvolvimento sustentável” aos discursos e práticas ligados ao fenômeno urbano, na forma de “desenvolvimento urbano sustentável”, ampliou as limitações e contradições que o termo original trazia, pois

“o ‘desenvolvimento urbano sustentável’ não só é uma contradição em termos pelos conflitos inerentes à tentativa de fazer convergir os olhares do campo das análises e planejamento urbano com aqueles oriundos das disciplinas ambientais, mas também (...) pelas contradições que a própria ideia de ‘sustentabilidade’ contém e que são explicitadas no território urbano. A construção da cidade não se faz pela convergência de interesses econômicos, sociais e ambientais, mas sim, pelo constante conflito entre eles.”. (PRADO,2015,p.92)

Nesta visão, a noção hegemônica de “cidade sustentável” está diretamente relacionada ao conceito de “modernização ecológica”, quando se propõe a conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, investindo na adaptação tecnológica, na economia de mercado e na crença no consenso. Uma “cidade sustentável” é aquela que “para uma mesma oferta de serviços, minimiza o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais, satisfazendo o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos” (ACSELRAD,2009,p.54).

Alcançar estas metas através da modernização dos processos produtivos, atesta a eficiência ecológica destes setores e, acima de tudo, garantem a eficiência econômica, propiciando que essas cidades se ajustem num cenário de maior competitividade interurbana, inclusive internacional, se posicionando verdadeiramente como empresas (VAINER,2000,p.75-103).

Assim, constata-se que o “desenvolvimento urbano sustentável” está relacionado à matriz discursiva da “modernização ecológica”, pautada nas ideias de “eficiência” e gestão “racional” dos recursos naturais. Tem uma relação direta com o consumo, pois seu discurso legitima a venda de um produto como “sustentável” e, de maneira mais radical, investe na mercantilização dos recursos naturais (ACSELRAD,2009,p39-71).

Atualmente, este discurso fomenta diversas ações nas cidades: edificações e condomínios “sustentáveis” como objetos de status difundidos pelo marketing imobiliário; certificações ambientais voltadas ao empresariado; e ações de intervenção urbana integrantes de “planos estratégicos”. Uma espécie de “maquiagem verde” que torna os negócios de significativo risco ambiental, mais atraentes para o mercado. Por vezes, estes negócios sacrificam o valor

ecológico de vastos territórios urbanos e rurais, desrespeitando suas funções ambientais, para potencializar renda diferencial aos empreendedores.

Assim, a “adequação ambiental” se constitui num grande desafio para o “desenvolvimento urbano sustentável”. Insere o discurso da “sustentabilidade ambiental” no processo de produção das cidades e aposta na “modernização ecológica urbana”, motivando ações políticas que atribuem ao mercado a capacidade de resolver a degradação ambiental.

Segundo Carneiro (2005,p.28-30), a mediação estatal faz-se presente para assegurar o provimento e o uso das condições naturais como condições da produção capitalista, mas, ao mesmo tempo, responde às pressões de classes e grupos sociais interessados em outros usos das condições naturais. O custo dessas ações – “políticas públicas ambientais”, é, do ponto de vista capitalista, um gasto eminentemente improdutivo, embora seja também necessário para a continuidade do processo de acumulação de riqueza.

Confrontando essa perspectiva da “adequação ambiental”, é preciso promover um debate maior sobre a necessária revolução da suficiência (SACHS,2000) e promover mudanças nos padrões de mercado, de produção e de consumo da sociedade, como um caminho para pensarmos a “sustentabilidade ambiental” no seu sentido mais amplo. É preciso reconhecer que a adaptação tecnológica com vistas a uma maior eficiência na produção, embora necessária, não é suficiente para garantir o “desenvolvimento urbano sustentável” em todas as suas dimensões, sejam elas ambiental, cultural, econômica, política e social.

Neste contexto, a crítica à atual ideologia do “desenvolvimento urbano sustentável” emerge como uma tarefa fundamental, pois em busca de uma cidade ecologicamente sustentável, será necessário construir uma outra forma de reprodução social compatível com a natureza e os recursos naturais limitados que temos à disposição neste planeta.

7 REFERÊNCIAS

1. ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Campinas, ano I, n.1, p.79-90, 1999.
2. ACSELRAD, Henri (org) *at. al.* Sentidos da sustentabilidade urbana (p.39-71). In: ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Lamparina, 2009. 256p.
3. BARRY, Jonh. *Environment and Social Theory*. London and New York: Routledge. 1999.
4. BECK. *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage, 1992. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=QUDMAgICuEQC&oi=fnd&pg=PA1&ots=8HplxvaERT&sig=8m5ksk7v0XFTTiimsBGkfFKBF18&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
Acesso em: 01 out. 2021.

5. BENTON, Ted; REDCLIFT, Michael. Introduction. In: BENTON, Ted; REDCLIFT, Michael (eds.). *Social theory and the global environment*. London/New York: Routledge, 1994.
6. CARNEIRO, Eder J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento Sustentável (p.27-48). In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs). *A Insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. 1ª ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2005. 288p.
7. CATTON, Willian R. Jr.; DUNLAP, Riley E. A new ecological paradigm for a post-exhuberant sociology. *American Behavioral Scientist*, 24:1, 1980.
8. CATTON, Willian R. Jr.; DUNLAP, Riley E. Environmental sociology. *Annual Review Sociology*, V.5, p.243-273, 1979.
9. CATTON, Willian R. Jr.; DUNLAP, Riley E. Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, vol.13, p.41-49, 1978.
10. CHATELAN, O. Expertise catholique et débuts de l'aménagement du territoire à Lyon – 1945-1957 (p.107-128). In: *Chrétiens et sociétés XVIe-XXIe siècles*, n.15, 2008. Disponível em: <http://chretiensocietes.revues.org/index1042.html> Acesso em: 12 out 2021.
11. CINVA. *A Carta dos Andes*. São Paulo: Bem-Estar. Centro Interamericano de Vivienda e Planejamento. Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano, 1960.
12. CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. *Designing and conducting mixed methods research*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2010.
13. DAVOUDI, S. From risk society to security society (p.465-467). In: PALEO, Fra. U. (eds) *Risk Governance*. Springer, Dordrecht, 2015. Disponível em https://doi.org/10.1007/978-94-017-9328-5_24 Acesso em 01 de out. de 2021.
14. DICKENS, Peter. *Reconstructing nature: alienation, emancipation and the division of labour*. London and New York: Routledge, 1996.
15. DIEGUES, Antonio C. *O mito moderno da natureza intocada*. 6ªed. São Paulo: Hucitec, 2008. p.25-32. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4585401/mod_resource/content/3/Texto%205%20-%20Antonio%20Carlos%20Diegues%20-%20O%20mito%20moderno%20da%20natureza%20intocada.pdf Acesso em: 25 jul. 2021.
16. EHRLICH, Paul R. *The Population Bomb*. Ballantine Books, 1968. p. 198. Disponível em: <https://archive.org/details/populationbomb00ehrl> Acesso em 29 set. 2021.
17. ESCOBAR, A. Constructing nature, elements for a poststructural political ecology. In: PEET, R. e WATTS, M. *Liberation ecologies*. Londres, Routledge, 1995.
18. GALVÃO, Maria C. B.; RICARTE, Ivan L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da*

- Informação*, [S. l.], v.6, n.1, p.57–73, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835> Acesso em: 29 set. 2021.
19. GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.
20. GIDDENS, Anthony. *A contemporary critical of historical materialism*. Vol 1. Stanford: Standford Univesity Press, 1995.
21. GIDDENS, Anthony. Política da Sociedade de Risco. In: GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher (eds). *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
22. GOULD, K. Classe social, justiça ambiental e conflito político (p.69-80). In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
23. GRIGGS, Steven; HALL, Stephen; HOWARTH, David; SEIGNEURET Natacha. Characterizing and evaluating rival discourses of the 'sustainable city': towards a politics of pragmatic adversarialism. *Political Geography*, V.59, p.36-46, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629817300513> Acesso em: 29 set. 2021.
24. HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. *Science* (em inglês). 162 (3859): 1243-1248. Doi:10.1126/science.162.3859.1243. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.162.3859.1243> Acesso em 29 set. 2021.
25. HOFSTAETTER, M.; PESSOA, Z. S. Desenvolvimento sustentável e território: qual o lugar das gerações futuras? *Encontros de Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental*, V.1, 2014. Disponível em: http://semapa.ufrn.br/site_semapa/arquivos/desenvolvimento%20sustentavel%20e%20territorio%20qual%20o%20lugar%20das%20geracoes%20futuras_moema.pdf Acesso em: 06 de out. de 2021.
26. HOWES, Michael; MCKENZIE, Marteen; GLEESON, Bredan; GRAY, Rowan; BYRNE, Jason; DANIELS, Peter. Adapting ecological modernisation to the Australian context. *Journal of Integrative Environmental Sciences*, 7:1, p. 5-21, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19438150903478597> Acesso em: 01 de out. de 2021.
27. LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991. p.5-70
28. LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 2ªed. São Paulo: Cortez. Trad. Sandra Valenzuela, 2002. Disponível em: <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=bibunfa.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=003243> Acesso em: junho de 2021.
29. LEFF, Enrique. *Racionalidad ambiental: La reapropiación social de la naturaleza*. México: siglo XXI editores, 2004. p.185-202. Disponível em:

- http://ru.iis.sociales.unam.mx/jspui/bitstream/IIS/4937/1/Racionalidad_ambiental.pdf Acesso em: junho de 2021.
30. LENZI, C. L. *A sociologia sob o signo ecológico: um estudo sobre modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco*. Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Florianópolis: EDUFSC, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279919> Acesso em: 30 de set. de 2021.
31. LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade: da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v.15, n.29, p.123-142, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/15819/11843> Acesso em: 07 de ago. de 2021.
32. LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.12, n.25, p. 31-64, 2006.
33. LUQUE-AYALA & MARVIN. Developing a critical understanding of smart urbanismo. *Urban Studies*, 52 (2), p.123-142, 2015. Disponível em: <https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-84938485917&origin=inward&txGid=486aac2c013772bb0b210b9b747f4e77> Acesso em: 07 de ago. de 2021.
34. MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, o lugar fora das ideias (p.121-188). In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 1ªed. Petrópolis: Vozes, 2000.
35. MARTELL, Luke. *Ecology and society: an introduction*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1994.
36. MARTIN, Christopher; EVANS, James; KARVONEN, Andrew; PASKALEVA, Krassimira; YANG, Dujuan; LINJORDET, Trond. Smart-sustainability: A new urban fix? *Sustainable Cities and Society*, Volume 45, p. 640-648, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.11.028> Acesso em: 01 de out de 2021.
37. MARTÍNEZ ALIER, Joan. El ecologismo de los pobres. 4ªed. *Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Lima: Espiritrompa Ediciones, p.15-26, 2010. 416 pp. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/521482702/Martinez-Alier-J-El-Ecologismo-de-los-Pobres-Conflictos-ambientales-y-lenguajes-de-valoracion> Acesso em: 20 jul. de 2021.
38. McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
39. MOL, Arthur P.J. *The refinement of production: ecological modernization theory and the chemical industry*. Utrecht: International Books/Van Arkel, 1995. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=The%20refinement%20o

- [f%20production&publication_year=1995&author=A.%20Mol](#) Acesso em: 11 out. de 2021.
40. MOL, Arthur P.J. *Globalization and environmental reform: the ecological modernization of the global economy*. Cambridge, The MIT Press, 2003.
41. NÆSS, Petter, SAGLIE, Inger-Lise & RICHARDSON, Tim. Urban sustainability: is densification sufficient? *European Planning Studies*, 28:1, p.146-165, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1604633> Acesso em: 01 de out. de 2021.
42. NORTH, P.; LONGHURST, N. Grassroots Localisation? The scalar potential of and limits of the 'transition' approach to climate change and resource constraint. *Urban Studies*, 50 (7), p.1423-1438, 2013. Disponível em: <https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-84876432274&origin=inward&txGid=c8c7636469500a097c7347b5372a95d0> Acesso em: 11 de out. de 2021.
43. OLIVIERI, Alejandro Gabriel. A Teoria da Modernização Ecológica e a mudança climática. *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros – Ano 3 – Ed.7*, 2012. Disponível em: <http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/5%C2%BA-artigo-Alejandro-Olivieri.pdf> Acesso em: 01 de out. de 2021.
44. ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. ONU divulga 1º relatório de acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. *Portal eletrônico Nações Unidas Brasil*. Matéria publicada em 19 de julho de 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-divulga-1o-relatorio-de-acompanhamento-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/> Acesso em: 01 de ago. de 2020.
45. ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Quatro ODSs são chave para recuperação sustentável no pós-COVID. *Portal eletrônico Nações Unidas Brasil*. Matéria publicada em 02 de junho de 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/quatro-odss-sao-chave-para-recuperacao-sustentavel-no-pos-covid/> Acesso em: 05 de ago. de 2020.
46. PARDO, Italo; PRATO, Giuliana. *Anthropology in the city: methodology and theory*. London: Routledge, 2013. p.80-104. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=pnA3DAAAQBAJ&pg=PA77&lpg=PA77&dq=Pardo+\(1998\)+sociologia&source=bl&ots=7v1xM64PEo&sig=ACfU3U0dtMI_v9EP4v0ANW8YYVPtT0mJSA&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwja2PP5zsXzAhW6rpUCHePdB5QQ6AF6BAgqEAM#v=onepage&q=Pardo%20\(1998\)%20sociologia&f=false](https://books.google.com.br/books?id=pnA3DAAAQBAJ&pg=PA77&lpg=PA77&dq=Pardo+(1998)+sociologia&source=bl&ots=7v1xM64PEo&sig=ACfU3U0dtMI_v9EP4v0ANW8YYVPtT0mJSA&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwja2PP5zsXzAhW6rpUCHePdB5QQ6AF6BAgqEAM#v=onepage&q=Pardo%20(1998)%20sociologia&f=false) Acesso em: 12 de out. de 2021.
47. POPE C.; MAYS, N.; POPAY, J. *Synthesizing quantitative and qualitative health research*. Adelaide: Ramsay Books, 2007.
48. PRADO, André Luiz. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. *Oculum Ensaios*, 12(1), p.83-97, 2015. Disponível em:

- <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351733757007> Acesso em: 12 de out. de 2021.
49. REDCLIFT, Michael. *Sustainable Development: Exploring the Contradictions*. London: Routledge, 1987.
50. RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável: dos conflitos de classe para os conflitos de gerações. In: SILVA, J. B. et al. *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo, Anna Blume, 2006.
51. SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
52. SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
53. SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
54. SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002. p.80.
55. SANTOS, M.; SEABRA, O. C. de L.; CARVALHO, M. de; LEITE, J. C. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
56. SLAPER, T. F.; HALL, T. J. *The triple bottom line: what is it and how does it work?* Indiana Business Research Center: IU's Kelley School of Business, 2011. Disponível em: <https://www.ibrc.indiana.edu/ibr/2011/spring/pdfs/article2.pdf> Acesso em: 13 de set. de 2021.
57. UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. UNEP: Stockholm, 1972. Disponível em: www.unep.org Acesso em: 05 de setembro, 2020.
58. VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano (p.75-103). In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
59. VIOLA, Eduardo J. Heterogeneidade política. *Lua Nova*, 3(4), p.45–49, 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/v3n4/a06v3n4.pdf> Acesso: em 25 jul. 2021. P.46
60. VIOLA, Eduardo. J. *A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo. 1992. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_02.pdf Acesso em: 25 jul. 2021.
61. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; e PEREIRA, Doralice. Introdução. Desenvolvimento Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais (p.49-64). In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; e PEREIRA, Doralice (orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. 1ªed. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2005. 288p.

62. WCED – WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
63. WEBER, Heloise; WEBER, Martin. When means of implementation meet ecological modernization theory: a critical frame for thinking about the sustainable development goals initiative. *World Development*, V.136, p.105-129, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105129> Acesso em: 01 de out. de 2021.